

Câmara aprova reajuste dos servidores

Oposição ressaltou que a prefeitura não tem mais condições de arcar com empréstimos

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

Dois projetos do Executivo Municipal foram aprovados pela Câmara de Salvador na sessão de ontem. Passaram o PL nº 220/18, que autoriza a contratação de empréstimo no valor de R\$35 milhões junto à Caixa Econômica Federal, para aplicação exclusivamente no Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM III; e o Projeto de Lei Complementar Nº 2/2018, que concede reajuste linear de 1,25% aos servidores ativos e inativos do Município. O empréstimo foi aprovado por 26 votos a seis. A defesa do projeto ficou a cargo dos vereadores Téo Senna (PHS) e Kiki Bispo (PTB), que ressaltaram a importância do programa para a modernização da gestão administrativa e fiscal e destacaram a capacidade de endividamento da prefeitura. “Sou favorável porque o empréstimo vai modernizar a Secretaria de Fazenda e vai fazer com que a cidade arrecade de forma justa”, disse o edil à **Tribuna**. O vereador Edvaldo Brito (PSD) também bradou contra a aprovação do projeto, observando que “todo empréstimo um dia tem que ser pago e a prefeitura não fabrica dinheiro”. Como forma alternativa de financiamento dos programas, lembrou que a Câmara autorizou o Muni-

cípio a vender imóveis abandonados.

O reajuste dos servidores também foi aprovado por unanimidade, com emenda apresentada pelo vereador Téo Senna, subscrita por vários colegas, com o objetivo de valorizar a categoria dos agentes fazendários. Marcelo Rocha, coordenador geral do Sindseps, afirmou à **Tribuna** que a categoria chancelou o aumento. “Esse 1,25% era 0% durante quatro meses, mas foi o que muita luta o que os servidores municipais conquistaram. Foi feito um acordo, passamos em assembleia e os trabalhadores aceitaram a proposta”. Ainda na sessão, a última antes das eleições, o presidente Leo Prates (DEM) parabenizou os vereadores por mais um esforço de votação de matérias, que incluiu também a aprovação de 10 requerimentos, um projeto de indicação e uma moção, além da promulgação de dois decretos legislativos. O primeiro estabelece procedimentos operacionais de segurança da Câmara Municipal e o segundo define as regras para propaganda política na Casa, no período das eleições, atendendo à nova legislação eleitoral. Com a aprovação desse conjunto de proposições, o presidente anunciou que, por acordo de lideranças, já que mais de um terço dos vereadores concorrem nas próximas eleições, as sessões ordinárias só serão retomadas no dia 8 de outubro.

Foto: Valdemiro Lopes



CÂMARA aprova dois projetos da prefeitura, sendo um empréstimo de R\$ 35 milhões junto à Caixa

“Isso é uma disparidade muito grande”, diz Marta

A líder da bancada da oposição, vereadora Marta Rodrigues (PT), contrária ao projeto de empréstimo, argumentou que com os esses R\$35 milhões a gestão já soma quase R\$3 bilhões em empréstimos. Marta observou que apesar de o agente financeiro ser a CEF, os recursos são provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), portanto atualizado em dólar.

“O nosso encaminhamento é votar contra. O secretário esteve aqui e apresentou os argumentos, mas, mesmo assim, como você aprova um empréstimo de R\$ 35 milhões e os ser-

vidores recebem o aumento de 1,25%? Isso é uma disparidade muito grande”, disse à **Tribuna**. Votaram contra o empréstimo, ainda, a vereadora Aladilce Souza (PCdoB) e os vereadores Hilton Coelho (PSOL), Sílvio Humberto (PSB) e Hélio Ferreira (PCdoB).

Ela também criticou duramente o valor proposto para o reajuste dos servidores. “Esse reajuste linear de 1,25%, como os sindicatos já homologaram, cabe a nós seguirmos a orientação. Porque são os trabalhadores que nos pautam. Como eles já concordaram, nós também vamos na mesma linha”. (HB)

Em recuperação, Bolsonaro tem inchaço no abdome

CRISTIAN FAVARO
O ESTADO DE S. PAULO

O candidato do PSL à Presidência nas eleições 2018, Jair Bolsonaro, continua internado em uma unidade semi-intensiva, conforme boletim médico divulgado ontem pelo Hospital Albert Einstein. O boletim informa que a alimentação oral do candidato foi suspensa por causa do surgimento de uma distensão abdominal (inchaço do abdome provocado por ar, consequência da redução do movimento do intestino). Segundo o hospital, entretanto, é algo normal.

O hospital acrescentou que a alimentação voltou a ser endovenosa (na veia) até a próxima avaliação. O texto é assinado pelos médicos Antônio Luiz Macedo, Leandro Echenique e Miguel Cendoroglo. No início da noite de terça, 11, o hospital havia informado que o candidato do PSL saiu da UTI e passou para uma unidade de cuidado semi-intensivo. O parlamentar também tinha voltado a se alimentar de forma leve. Jair Bolsonaro foi esfaqueado na última quinta-feira, 6, durante evento de campanha em Juiz de Fora (MG). O político está internado hospital Albert Einstein desde a última sexta-feira, 7.

CIDADE PATRIMONIAL S/A

CNPJ Nº 04.590.701/0001-89

RELATÓRIO DE DIRETORIA

SENHORES ACIONISTAS: Cumprindo disposições legais estatutárias, apresentamos a seguir o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos. Salvador, 30 de Maio de 2018

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2017, 31/12/2016 (Em R\$1,00)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	18.783.752,80	18.826.360,14	PASSIVO CIRCULANTE	567.146,68	324.753,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	86.740,67	127.921,53	Fornecedores	29.238,53	88.454,85
Adiantamentos	-	1.426,48	Empréstimos e Financiamentos	-	119.333,37
Imóveis a Comercializar	18.695.012,13	18.695.012,13	Obrigações Tributárias	85.347,11	44.738,44
Tributos a Compensar	2.000,00	2.000,00	Obrigações Trabalhistas	46.561,04	66.227,33
Realizáveis Diversos	-	-	Outras Obrigações	406.000,00	6.000,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	62.180.726,71	49.100.788,39	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	17.089.232,42	4.394.519,00
Realizável a Longo Prazo	10.202.747,26	10.583.747,26	Emprést. de Empresas Ligadas	5.359.627,77	3.950.659,22
Emprést. a Empresas Ligadas	10.202.747,26	10.583.747,26	Empréstimos e Financiamentos	423.015,35	443.859,78
Investimentos	23.586.053,92	23.568.291,69	Outras Obrig. a Longo Prazo	11.306.589,30	-
Participações Societárias	23.586.053,92	23.568.291,69	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	63.308.100,41	63.207.875,54
Imobilizado	28.391.925,53	14.948.749,44	Capital Social	1.784.031,00	1.784.031,00
Imóveis de Uso / Edificações	25.017.577,66	12.710.988,36	Ajustes Avaliação Patrimonial	28.299.613,54	28.299.613,54
Máq., Equipam. e Ferramentas	227.274,00	227.274,00	Ajustes Aval. Patrim. - Investida	13.798.530,82	13.798.530,82
Veículos	424.060,00	366.060,00	Reserva de Lucros	19.425.925,05	19.325.700,18
Móveis, Utensílios e Instalações	46.978,00	46.978,00	TOTAL DO PASSIVO	80.964.479,51	67.927.148,53
Equipamentos de Informática	1.764,00	1.764,00			
Embarcações	436.226,40	436.226,40			
Imobilizado em Andamento	2.238.045,47	1.159.458,68			
TOTAL DO ATIVO	80.964.479,51	67.927.148,53			

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2017	2016
Lucro antes da IRPJ e CSLL	1.020.883,70	1.046.162,85
(+) Perda com Investimentos	170.030,12	-
(-) Result. Equiv. Patrimonial	(187.792,35)	(804.247,49)
Red./Aum. em Adiantamentos	1.426,48	(1.426,48)
Red./Aum. Trib. a Compensar	-	(1.824,15)
Red./Aum. Realiz. Diversos	-	111.000,00
Red./Aum. de Fornec. a Pagar	(59.216,32)	(111.216,83)
Redução / Aumento das Obrigações Fiscais e Sociais	40.608,67	(43.056,14)
Red./Aum. Obrig. Trabalhistas	(19.666,29)	33.910,01
Red./Aum. Outras Obrigações	400.000,00	-
Caixa Ger. Ativ. Operacion.	1.366.274,01	229.301,77
Imp. renda e Cont. soc. pagos	(224.658,83)	(226.034,28)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	1.141.615,18	3.267,49
Atividades de Investimentos		
Investim. em Imobilizados	(13.443.176,09)	(1.519.736,68)
Reversão Patrimonial	-	951.844,43
Caixa Líquido Consumido nas Ativ. de Investimentos	(13.443.176,09)	(567.892,25)
Atividades Financeiras		
Financ./Emprést.-Curto Prazo	(119.333,37)	119.333,37
Financ./Emprést.-Longo Prazo	13.075.713,42	1.224.542,87
Parcela Cindida p/Cidade	-	(789,30)
Investimentos	-	(946.500,00)
Distribuição de Lucros	(696.000,00)	184.624,00
Recebimento de Dividendos	-	-
Caixa Líquido Consumido nas Ativ. de Financiamentos	12.260.380,05	581.210,94
Redução Disponibilidades	(41.180,86)	16.586,18
Saldo Disponib. Anterior	127.921,53	111.335,35
Saldo das Disponib. Atual	86.740,67	127.921,53

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição das Informações	Integralizado	Ajustes de		Lucros Acumulados	Total
		Capital	Reservas de Lucros		
Saldo Inicial 31.12.2016	1.784.031,00	19.325.700,18	28.299.613,54	13.798.530,82	63.207.875,54
Lucro do Exercício	-	-	-	796.224,87	796.224,87
Distribuição de Lucros	-	-	-	(696.000,00)	(696.000,00)
Transf. para Reservas de Lucros	-	100.224,87	-	(100.224,87)	-
Saldo em 31.12.2017	1.784.031,00	19.425.925,05	28.299.613,54	13.798.530,82	63.308.100,41

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Cidade Patrimonial S/A é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, constituída em 26/07/2001, cujo objeto social é a administração locação compra e venda de imóveis vedada a corretagem. Nota 2. BASE DA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: A apresentação das Demonstrações Contábeis de 31/12/17 e 31/12/16 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelos órgãos competentes. Compreende o conjunto dessas demonstrações o: balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado, apresentação de forma comparativa. Nota 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: Dentre as principais práticas adotadas para a preparação das demonstrações contábeis ressaltamos: a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Estão representadas por depósitos em conta corrente em moeda nacional. b) Imobilizado: Demonstrados ao custo de aquisição. c) Passivo Circulante e Não Circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. d) Imposto de Renda e Contribuição Social: A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é apurada da razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes das receitas com locação, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. e) Reconhecimento da Receita: O resultado do exercício é apurado em conformidade com o regime de competência. Reynaldo Jorge Calmon Loureiro – Diretor, Leilane Vasconcellos Loureiro – Diretora, Reinaldo Cardoso da Silveira – Contador - CRC/Ba nº14.311, Organização Silveira de Contabilidade S/S - CRC/Ba nº 002102.

PONTO DE VISTA

A perda de um povo

Para a Doutora Reine Chaves, exemplar médica e amiga.

Nas eleições de outubro próximo, o povo brasileiro vai sinalizar se quer a restauração da decência na Administração Pública ou se está de acordo com a adoção de métodos de pilhagem do Erário que inviabilizam a construção de uma infraestrutura social e física em que se apoiam as nações vitoriosas, segundo a qualidade de vida da população.

Getúlio Vargas recorreu ao suicídio, constrangido pelas contundentes críticas da oposição que apontavam desmandos praticados nos porões do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, orquestrados e praticados por alguns modestos assessores de sua inteira confiança. Pela tolerância com o erro hoje vigente, os desvios cometidos pelo seu guarda-costas Gregório Fortunato e asseclas pareceriam traquinagens de adolescentes num piquenique de fim de semana. Mais recentemente, tivemos o impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello, em razão de ilegítimos benefícios que auferiu, partilhados com o seu homem de confiança, Paulo César Farias, que viria a ser assassinado em condições ainda não suficientemente esclarecidas. Quando confrontamos os valores relativos aos desvios atribuídos à dupla PC Farias-Collor, com os comprovadamente praticados durante os governos petistas de Lula e Dilma, a diferença equivale à existente entre o tostão e o milhão.

O menor dos assaltos praticados contra qualquer das empresas estatais, fundos de pensão ou recursos destinados a programas sociais, sob o comando petista, é infinitamente maior do que o valor atribuído ao criminoso consórcio PC Farias-

Collor de Mello.

O que se terá perdido no caminho, a ponto de corromper a alma de parte da população brasileira, levando-a a compactuar e a apoiar, descaradamente, notórios assaltantes da bolsa-povo, postura que inspirou o colunista de Veja, Roberto Pompeu de Toledo, a suspeitar que o brasileiro estava deixando de ser simplesmente conivente com a indecência para se converter, essencialmente, num povo corrupto? Como explicar, aos olhos do mundo civilizado, a bovina aceitação por ponderável parcela de nossa população que ladrões do Erário, investigados e punidos dentro do mais transparente contraditório de que se tem notícia na história do Judiciário dos povos, continuem a merecer a confiança para voltar a assaltar? Seria este fato patológico uma versão coletiva da Síndrome de Estocolmo que pode conduzir à venezuelização do Brasil?

Independentemente de quem vença as eleições presidenciais de outubro próximo, uma medida saneadora se impõe para proteger o Erário contra o ominoso estilo cleptocrático que parte da população deseja eternizar. Trata-se do “Seguro de Desempenho”, mais conhecido como *Performance Bond*, em inglês, que assegura a finalização da obra aos preços contratados. Se o construtor não cumprir o pactuado, a companhia seguradora é obrigada a concorrer com os recursos necessários para a entrega da obra nas condições pactuadas. Por razões óbvias, os governos petistas suprimiram esta prática saudável, de modo a manipular o valor das obras a seu talento, com o propósito evidente de enajar os obscenos superfaturamentos que desviaram recursos faraônicos da Petrobrás, dos

fundos de pensão,

da Eletrobrás, da Caixa Econômica, do BNDES, dos Programas sociais Bolsa Família, Minha Casa-Minha Vida e de tudo onde houvesse dinheiro do contribuinte. As obras superfaturadas na construção do circo da Copa do Mundo e das Olimpíadas integraram o butim. A Refinaria Abreu e Lima, em Recife, já consumiu vinte vezes mais do que o valor previsto, e ainda não está pronta. E parte do povo acha isso normal, mesmo que esses governos que se declaram defensores dos pobres sejam, em essência, os seus opressores, na medida em que exploram a candidez popular nascida da ignorância. As pesquisas revelam que a maioria esmagadora do eleitorado petista é composta pelos segmentos menos educados da população que integram a patuleia ignara. Quem quiser conhecer em detalhes o perfil desse eleitorado que continua apoiando os seus algozes leia o livro *O voto do Brasileiro*, de autoria do cientista político Alberto Carlos Almeida, recentemente lançado.

É claro que enquanto a qualidade da educação praticada no Brasil continuar no padrão anêmico e declinante em que se encontra, não haverá salvação para o povo brasileiro. Para nossa ameaça coletiva, estamos sujeitos às consequências nefastas de uma aliança entre os assaltantes profissionais do Erário e parte da população imbecilizada que endeuza os seus algozes populistas.

Estaremos, mesmo, diante da versão coletiva da Síndrome de Estocolmo, tendo a Venezuela como modelo de nosso destino?

Empresário e escritor, é membro da Academia de Letras da Bahia e-mail: joacigoes@uol.com.br